

Nações Unidas
Conselho Econômico e Social

Nona conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos

Nova York 21, 30 de Agosto de 2007

Item 6(c) da agenda provisória*

Encontros e Conferências: Encontros nacionais de nomes,
Conferências e Simpósios

Conferências no Brasil e em Portugal estão de acordo sobre a necessidade de criar a Divisão
da Língua Portuguesa para UNGEGN
Submetido pelo Brasil**

* E/CONF. 98/1

** Preparado por Ana Maria Goulart Bustamante e Moema José de Carvalho Augusto, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Brasil.

Conferência Nacional de Geografia e Cartografia

De 21 a 25 de Agosto de 2006, no Rio de Janeiro, foi realizada a IV Conferência Nacional de Geografia e Cartografia – CONFEGE juntamente com a V Conferência Nacional de Estatística – CONFEST, no IBGE. Mais de mil pessoas e organizações assistiram às conferências e participaram do debate geral sobre o levantamento de Estatísticas e Geociências para os próximos dez anos do Brasil. De acordo com a lei 5.878 de 11 maio de 1973, o IBGE tem como objetivo fundamental a produção de informação e pesquisa de várias naturezas – estatística, geográfica, cartográfica e demográfica necessárias à construção do conhecimento sobre a realidade do país e que são utilizadas para o planejamento de políticas públicas. Para alcançar este objetivo, o IBGE deve atuar em várias áreas, entre as quais, de acordo com o artigo 3, no item III, “levantamentos, estudos e análises estatísticas”, bem como, demográficas, geográficas, geodésicas e cartográficas, e com o item IV, “pesquisas geodésicas e topográficas, mapeamento e outras atividades cartográficas”. A mesma lei também regula o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas – PGIEG, como ferramenta para orientar e coordenar atividades relacionadas à produção de informação direcionadas ao objetivo mencionado.

Mesa Redonda sobre o Banco de Nomes Geográficos do Brasil

Dentre os eventos propostos pela Coordenação de Cartografia do Diretório de Geociências do IBGE na IV CONFEGE, foi realizada com os especialistas convidados uma mesa redonda sobre o Banco de Nomes Geográficos do Brasil. Esta contou com a participação de dois coordenadores do IBGE e três especialistas de outras instituições, dentre os quais um especialista em Nomes Geográficos da Divisão do Sul da África do UNGEGN, que foi oficialmente convidado pelo IBGE para ser um dos oradores da conferência internacional. Luís Abrahamo trabalha para o Ministério de Administração Governamental de Moçambique e é um membro ativo do UNGEGN. Sua apresentação mostrou a atual situação de padronização de Moçambique e as atividades do país nas conferências e eventos internacionais. Moçambique é um dos oito países falantes do português do mundo e agora está trabalhando na criação do comitê nacional para nomes geográficos deste país.

Na CONFEGE, a mesa redonda sobre o recém criado Banco de Nomes Geográficos do Brasil atraiu um grande público (acima de 60 pessoas) mostrando que há grande interesse no debate sobre os diferentes aspectos – sejam geográficos ou linguísticos – envolvidos na padronização de nomes geográficos nacionais e internacionais. Um dos coordenadores da mesa redonda iniciou a apresentação com uma explicação geral da importância do debate em torno das propostas internacionais para a padronização toponímica e da necessidade de reunir informações sobre os topônimos, que são atualmente reconhecidos como componentes importantes da infra-estrutura de dados de um país. Após a apresentação do coordenador sobre os aspectos geográficos do banco de dados relacionados à padronização, a mesa redonda enfocou os aspectos históricos e culturais ligados aos estudos toponímicos atualmente conduzidos em algumas universidades e centros de pesquisas brasileiros.

Participantes da Mesa Redonda

Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick foi uma das participantes. Como a professora mais experiente de topônimos brasileiros e indígenas da Universidade de São Paulo, ela apresentou alguns aspectos fundamentais dos estudos linguísticos relacionados a topônimos, que podem ser úteis no design do banco de dados planejado pelo IBGE. Ela é uma especialista em toponímia e ensina o assunto há mais de 30 anos na mesma universidade em que se tirou seu doutorado com uma tese em que ela propõe analisar topônimos em seu contexto cultural de acordo com os motivos da nomeação (motivação toponímica). O banco de nomes geográfico brasileiro inclui a motivação toponímica como uma característica a ser analisada, porque ela permite o entendimento dos topônimos além das barreiras linguísticas, por conseguinte, permitindo estudos sobre a cultura e a etnolinguística da região. A Dr^a. Dick tem usado a motivação toponímica em análises espaciais de seu próprio estado e coordena o Atlas Toponímico do Brasil, um projeto de pesquisa nacional sobre o tema, que será conduzido por uma rede que envolve várias universidades nacionais nos diferentes estados do Brasil, iniciando com Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. O projeto nacional do Atlas Toponímico é geralmente um grupo de pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa Científica (CNPq).

Mauro de Salles Villar é o diretor do Instituto Antônio Houaiss e editor do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Ele apresentou um outro ponto de vista do debate e expôs os muitos problemas enfrentados pelos editores de livros e dicionários, como consequência da falta de consenso entre as autoridades nacionais presumivelmente responsáveis pelos aspectos linguísticos dos topônimos (Academia Brasileira de Letras) e seus aspectos cartográficos (IBGE).

A mesa redonda sobre o Banco de Nomes Geográficos incluiu a apresentação de Luís Abrahamo, da Divisão do Sul da África da UNGEGN. O representante de Moçambique na conferência de Nomes Geográficos das Nações Unidas parabenizou os representantes brasileiros pela iniciativa de sugerir a criação da Divisão da Língua Portuguesa no UNGEGN e declarou a intenção de seu país em apoiar a proposta como um caminho para fortalecer a padronização nacional e internacional de nomes geográficos dos países falantes do português. Ele mencionou que Angola, ao participar da Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos, declarou informalmente sua intenção de apoiar a iniciativa. Brasil, Moçambique e Angola estão se esforçando rumo à padronização de nomes geográficos, porque consideram-na um passo necessário para a eficiência da Infraestrutura de Dados Geoespaciais.

Para uma Divisão da Língua Portuguesa da UNGEGN

Os países de Língua Portuguesa estão implementando mudanças na ortografia de algumas palavras, a fim de assegurar mais uniformidade ao uso da língua nos diferentes países. O acordo foi longamente debatido entre Brasil e Portugal, e no começo dos anos 90, foi aprovado pelos Congressos dos dois países. Assim que os outros seis países formalmente aprovarem o acordo, ele será válido em todos os oito países – espera-se que isto aconteça em aproximadamente um ano. As mudanças acordadas não são muitas, mas certamente terão um forte impacto na padronização dos topônimos, já que envolve mudanças na ortografia que afetam tanto os termos genéricos quanto os específicos. Uma vez que a maioria dos países de língua portuguesa estão ainda lutando pela para a padronização nacional, sua unificação em torno de interesses relativos à toponímia seria de grande utilidade não só para uso da toponímia, mas também para a padronização da língua. Por essa razão, a criação imediata de uma Divisão da Língua Portuguesa no UNGEGN pode ter um papel importante na implementação do acordo propriamente dito, com benefícios para todos os países e para as metas da UNCSGN.

Como mostrado anteriormente, apenas dois países ativos no UNGEGN – Moçambique e Brasil - são capazes de liderar o movimento para a criação da Divisão Portuguesa e formalmente representá-la frente às Nações Unidas. Espera-se que Angola e Portugal apoiem a ideia, ainda que eles não possam participar da IX Conferência. Os outros países ainda têm que ser contactados, mas certamente será mais fácil para eles aderirem às metas para a padronização se houverem documentos em português disponíveis, conforme o previsto para quando a divisão for criada. Durante os últimos dois anos, numa missão apoiada pelas Nações Unidas, representantes do IBGE – Brasil têm atuado como consultores para as operações de censo na Guiné-Bissau. Embora os nomes geográficos não tenham ainda sido o objeto dos contatos, pode-se esperar um progresso em direção ao crescente interesse na padronização dos nomes geográficos deste país Africano.

Primeira Conferência Portuguesa de Tradução

Em setembro de 2006, representantes do IBGE apresentaram dois artigos para serem publicados em Portugal após a Primeira Conferência de Tradução Portuguesa – CONTRAPOR, realizada em Caparica, Portugal. Diante de uma platéia de mais de 20 pessoas, a maioria dos quais tradutores de nacionalidade portuguesa, os dois trabalhos apresentados pelo Brasil sugeriram a criação da Divisão da Língua Portuguesa da UNGEGN, como forma de fortalecer os esforços nacional e internacional direcionados para o cumprimento das resoluções das Nações Unidas, assinadas por todos os países participantes daquele fórum. O público da CONTRAPOR parabenizou os autores brasileiros pela iniciativa que promete fortalecer toda a comunidade mundial de língua portuguesa. Houve alguns tradutores que declararam que a iniciativa merece ser apoiada pelas autoridades portuguesas, entre os quais Hermínio Duarte Ramos, presidente do comitê do programa da Universidade Nova de Lisboa (em Caparica, Portugal) e representantes da Faculdade de Ciências e Tecnologia, uma das instituições que promoveu a conferência.

As referências dos artigos presentes estão a seguir e houve planos para publicá-los também na revista Portuguesa:

BUSTAMANTE, Ana Maria G.; MATHIAS, Márcia; ABI-SAMARA, Raquel “Glossário de termos para padronização de nomes geográficos” A tradução especializada: Um Motor de Desenvolvimento. Anais da I Conferência de Tradução Portuguesa, 11 e 12 de setembro, Universidade Nova de Lisboa, Caparica, Associação de tradução de Língua Portuguesa, Portugal, 2006 (páginas 77-86).

BUSTAMANTE, Ana Maria G.; MATHIAS, Márcia; ABI-SAMARA, Raquel “Dicionário multilingue de nomes de países, exônimos e gentílicos” A tradução especializada: Um Motor de Desenvolvimento. Anais da I Conferência de Tradução Portuguesa, 11 e 12 de setembro, Universidade Nova de Lisboa, Caparica, Associação de tradução de Língua Portuguesa, Portugal, 2006 (páginas 67-76).

Participação do IBGE em outras conferências

Merece também ser mencionada a participação, em 2005, da Coordenação de Cartografia do IBGE no I Simpósio Português-Brasileiro de cartografia histórica, realizado no Rio de Janeiro de 12 a 15 de setembro pela Comissão Diretora do Patrimônio Histórico e Cultural da Marinha, em parceria com o Arquivo Histórico do Exército, a Sociedade Brasileira de Cartografia e o Centro Hidrográfico da Marinha. O Projeto Mar Português, apresentado por uma equipe do IBGE, interessou os representantes da Marinha Brasileira no sentido de promover uma possível parceria para uso da estrutura já criada pelo Banco de Nomes Geográficos do Brasil, a fim de promover a padronização da toponímia de feições submersas a da costa, coletada pela marinha e por outras instituições. O Projeto Mar Português pretende chamar a atenção para os topônimos históricos da Língua Portuguesa espalhados por quase todo o mundo pelos marinheiros portugueses. Sabe-se que, durante os séculos XV e XVI, os marinheiros portugueses nomearam lugares conforme eles os visitavam e os apresentavam aos europeus. Na África, na América e na Ásia os marinheiros e cartógrafos portugueses deram nomes aos lugares em mapas que eles produziram, e alguns desses nomes ainda sobrevivem, enquanto outros foram modificados conforme eram usados por falantes de outras línguas.

Especialmente por este motivo, embora possa haver outros, a participação irregular dos países falantes do português nas recentes Conferências de Padronização de Nomes Geográficos das Nações Unidas não deve enfraquecer a determinação e a necessidade de criar a Divisão da Língua Portuguesa no UNGEGN. Por outro lado, a criação da Divisão incentivará a pesquisa sobre a toponímia em português ao redor do mundo, mesmo em países que não mantiveram o português como língua local. Por essa razão, os resultados da pesquisa neste tema certamente será útil para outros países que têm lugares que faziam parte das rotas históricas portuguesas.

Em 2007, dos oito países que têm o Português como a língua mais falada, mais de três mostraram interesse em participar do debate internacional sobre topônimos e na promoção da padronização nacional de acordo com os padrões internacionais da língua que compartilham. Moçambique negociou internamente os termos legais e está propondo a aprovação da criação do Comitê Nacional de Nomes Geográficos. Em Angola, um grupo de representantes de três agências governamentais está trabalhando na aprovação dos nomes de cada divisão administrativa oficial do país. Após um longo debate, o governo decidiu manter a ortografia do nome do país, Angola, onde o português é reconhecido como a língua da unidade nacional.

Apoio para uma nova Divisão no UNGEGN

A criação da Divisão da Língua Portuguesa no UNGEGN pode ter o poder de reforçar as iniciativas de padronização nacional e internacional das Nações Unidas já que ela pode contribuir para a disseminação, em mais países, das relevantes discussões promovidas neste fórum. Dentre outras vantagens, a Divisão da Língua Portuguesa permitirá a disseminação uniforme dos conceitos básicos entre os países falantes do português, uma vez que ela pode reunir esforços para a tradução de importantes fontes de informação produzidas nas Nações Unidas tal como o Glossário de Termos para a Padronização de Nomes Geográficos, somente disponíveis nas seis línguas oficiais das Nações Unidas, e o Manual para Padronização de Nomes Geográficos, que no mês de junho de 2007, tinha sido publicado somente em inglês.